



INTEGRAÇÃO E PODER POLÍTICO NO MUNDO ROMANO: A HISPÂNIA E A ASCENSÃO DE TRAJANO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3499

Alex Aparecido da Costa, UEM
Renata Lopes Biazotto Venturini, UEM

Resumo

Em fins do século I d.C. Marco Ulpio Trajano tornou-se o governante do Império Romano. Por ser o primeiro provincial a alcançar tal posição é relevante o estudo do conjunto de precedentes que permitiram essa realização. Diante disso, o presente artigo busca compreender algumas relações da Hispânia, província de origem de Trajano, com Roma desde sua incorporação ao Império até a ascensão desse imperador ao poder, o que ocorreu nos últimos anos do século I d.C. O estudo entende o mundo imperial como um espaço de integração, no qual romanos e provinciais estabeleceram vínculos, relações de poder, resistências e trocas de valores com objetivos militares, econômicos e sociais que favoreceram a manutenção e reforçou o papel dirigente das elites centrais e periféricas no mundo romano, além de galvanizar o modelo do sistema imperial com base em estruturas conservadoras e oligárquicas, ou seja, com instituições características e tradicionais de Roma. O resultado da análise sobre o contexto abordado indica que, embora inicialmente inferiorizados, os provinciais foram capazes de estabelecer condições para sua expansão por meio do crescimento econômico da província e da progressiva aquisição de direitos de cidadania. Através dessas conquistas e da aproximação com os valores romanos, as elites hispânicas puderam ampliar sua participação política para além dos limites provinciais e alcançaram o acesso ao poder imperial.

Palavras Chave:

Elite provincial; Império Romano; participação política; integração.

Introdução

Na época do Principado o Império Romano atingiu sua máxima extensão. As condições para seu estabelecimento eram advindas dos processos de integração que marcaram a história de Roma gradualmente, desde a expansão na Itália até a conquista das províncias mais distantes. A integração envolvia trocas culturais, concessões negociações, imposições, em suma, o estabelecimento de diversas formas de relações de poder. Ela atingia principalmente os membros das elites provinciais eram os elementos que estavam melhor estabelecidos para aproveitar as oportunidades da integração. Certamente o objetivo de Roma era a manutenção de seu império e o fortalecimento da aristocracia provincial não era mais do que um meio para atingir aquele fim. Assim, ao por em curso as ações primordiais que favoreceram sua hegemonia itálica Roma não tinha em seu horizonte a possibilidade de que séculos depois elementos oriundos de províncias distantes se tornassem senhores do Império.

Entre o desfecho da Guerra Social, que terminou com a concessão de cidadania romana para todas as cidades italianas e a *Constitutio Antoniniana*, pela qual Caracala outorgou o mesmo direito a todos os habitantes livres do Império, a integração se intensificou e a participação política dos provinciais cresceu. Júlio César aumentou o número de integrantes do Senado assim como Cláudio, e esse incremento envolveu a inserção de provinciais na ordem senatorial. No período, a cidadania romana também era frequentemente concedida pelos imperadores a indivíduos com boas relações com os membros da aristocracia imperial; uma elite que então já não estava mais circunscrita a Roma e compunha-se agora também dos membros da Itália e das províncias. Paralelo a isso, as legiões acampadas nas

fronteiras passaram a ser um fator de deslocamento do poder de Roma, pois nas Guerras Civis republicanas a força dos exércitos muitas vezes decidia quem seria o governante. Augusto, após assumir o poder imperial em fins do século I procurou barrar essa tendência. Ele profissionalizou o serviço militar com o objetivo de colocar definitivamente as legiões a serviço do Estado, de sua pessoa e de seus sucessores. Todavia, o ano de 69 reeditou as conturbações finais da República, quando legiões em distintas partes do Império se rebelaram, reivindicando para seus generais o título imperial. A crise levou ao poder Vespasiano, comandante das legiões do Oriente, após as repentinas e sucessivas ascensões e derrocadas de Galba, Otão e Vitélio. Tácito fez o seguinte registro sobre o evento: “Fora divulgado o segredo do Império: podem-se fazer príncipes noutros lugares e não apenas em Roma.” (Tácito, *Historiae*. 1. 4). Mas essa constatação perspicaz da conjuntura decerto não deve ser compreendida por nós como algo relativo apenas ao papel das legiões sob as ordens do primeiro imperador Flávio, pois as elites provinciais já desempenhavam papel ativo nos destinos do império. Nesse caso, destacamos a adesão dos senadores hispânicos a Vespasiano, que o ajudaram a alcançar e consolidar sua posição.

Dessa forma, a partir da segunda metade do século I as atuações das elites provinciais e dos exércitos que guardavam o *limes* tornaram-se peças consideráveis para a manutenção do poder e o acesso a ele durante as crises sucessórias. Embora tenhamos apontado Vespasiano como exemplo preliminar, acreditamos que a trajetória de Trajano é a que mais envolve elementos da integração e melhor caracteriza esse processo. Ao discutirmos os fatores relativos à Hispânia e seus habitantes que se destacaram, bem como a ascensão do próprio Trajano, compreenderemos melhor a maneira como o processo de construção do mundo romano permitiu

que o poder imperial fosse exercido, na passagem do século I para o século II por um imperador oriundo daquela província.

Assim, por meio do diálogo com a bibliografia sobre este imperador e sua região de origem, pretendemos entender sua chegada ao poder no contexto da integração. Destacamos que a abordagem voltada para a perspectiva da integração alinha-se com a atual visão sobre a história do Império Romano. Trata-se de uma leitura que reflete, de certa maneira, questionamentos contemporâneos em que os historiadores estão engajados, pois, desde a desagregação dos impérios coloniais europeus nos anos sessenta do século XX a historiografia tem recusado tratar o mundo romano como uma narrativa da supremacia militar, política e cultural de uma cidade sobre regiões subjugadas.

Objetivos

A incorporação definitiva da província da Hispânia no sistema imperial remonta desde à Segunda Guerra Púnica. Essa precocidade somada a outros fez com que dessa região viesse o primeiro imperador oriundo de fora das fronteiras da península itálica. As características que as circunstâncias impunham à manutenção do império exigiam que o domínio romano fizesse diversas concessões e graduasse o peso de seu domínio nas regiões conquistadas ou incorporadas. Em geral, os romanos eram mais severos com as cidades que haviam se aliado com o inimigo derrotado, no caso da Hispânia, Cartago; ao passo que deram garantias àquelas comunidades que ficaram ao seu lado durante o conflito. Visava-se assim conquistar aliados nas campanhas militares com desdobramentos integradores nos períodos de paz, como ocorreu com os turdetanos, povo do qual, segundo Canto (2003a, p. 20), dois séculos e meio depois descenderia Trajano. Os turdetanos viviam na região que hoje corresponde a Andaluzia. Por terem apoiado Roma

contra Aníbal, ao final da guerra encontraram-se em condição privilegiada em relação a outras comunidades, sendo próximo a uma importante cidade sua, Híspalis, que Públio Cornélio Cipião decidiu assentar seus veteranos conforme afirma Canto (2003a, p. 13). A cidade criada para aquele fim recebeu o nome de Itálica, fundada em 205 a.C. (BLÁZQUEZ, 1974, p. 15), e foi o primeiro assentamento estável dos romanos fora de seu território após a Segunda Guerra Púnica. O local tinha uma boa localização do ponto de vista econômico por estar próximo, além da já citada cidade turdetana, do rio Bétis (atual Guadalquivir), ponto estratégico como porto fluvial, e de outras rotas comerciais terrestres. Itálica também serviu como plataforma da integração, pois nela os romanos optaram pela coabitação com os membros mais cultos da elite turdetana que estivessem em sintonia com a ideologia romana.

Mas essa condição de convivência compartilhada não esteve presente apenas em Itálica e estendeu-se por toda a região dos turdetanos, a Bética. E, em razão disso, Fernández (2003, p. 14) explica que nela não houve somente o que ele chama de “romanização da elite local” ou sua substituição por dirigentes romanos, ao contrário, ocorreu durante várias gerações uma mistura entre os imigrantes romanos e a elite local. Esse processo foi se intensificando e expandiu conforme se deslocavam para as províncias publicanos, comerciantes e especuladores membros da ordem equestre. Esse aporte de indivíduos dinâmicos do ponto de vista econômico, ansiosos para explorar as possibilidades financeiras da província, principalmente os recursos minerais, que eram abundantes (CANTO, 2003a, p. 10; FERNÁNDEZ, 2003, p. 22), ao lado da exploração de produtos agrícolas muito valorizados no Mediterrâneo como azeite, vinho e trigo, aponta para um processo de integração importante. Pois, havia então um fluxo de pessoas e bens tendo

como ponto de referência aquela região da Hispânia que, em face de seu desenvolvimento não tardou a cobrar direitos em Roma.

Nesse sentido, ressaltamos o empenho de Roma para estabelecer alianças com as comunidades da região, oferecendo-lhes direitos e garantias. O que demonstra que a expansão dependia também de outros fatores. Isso se torna evidente pelo fato de que os aliados dos inimigos derrotados acabavam submetidos a condições mais rigorosas após o conflito, como a perda de autonomia. Assim, Roma estabelecia um padrão benefício/castigo que expressava não só sua eventual condição de tutelar segundo seus interesses as regiões conquistadas, mas também indicava a busca de apoio.

Tratando ainda dos primeiros desdobramentos da presença romana na Hispânia, podemos apontar outro aspecto ligado à cidade de Itálica: a escolha de fundá-la na região próxima a uma importante cidade dos turdetanos, seus aliados contra Cartago. Mais do que um passo coerente, tendo em vista acordos prévios, a opção indica a necessidade romana de estabelecer-se em um espaço relativamente seguro, e a base dessa segurança não era sua própria presença na região anexada, mas, em grande parte, a vizinhança dos aliados do processo de conquista. E essa proximidade completava-se com a proteção militar que Roma dispensava aos aliados, e com a citada coabitação dos romanos com a elite local. Tratavam-se, pois, de condições necessárias para fortalecer os laços estabelecidos, cujos desdobramentos resultaram no que se convencionou chamar de romanização, e que ajudaria a transformar os itálicos em senhores de Roma na época de Trajano.

Devemos ressaltar que a ideia de romanização não deve ser entendida como a pronta aceitação dos valores romanos por parte das comunidades

locais. Ela deve ser concebida mais como uma fusão de provinciais e itálicos e de suas culturas, com certa predominância de modelos com marcas majoritariamente romanas; principalmente em seus aspectos institucionais, políticos e jurídicos mais exteriores. E é desse aspecto exterior que, por sua natureza, deixou mais vestígios e se tornou mais visível para nós, que se pode, erroneamente, deduzir romanização como a homogeneização do Império sob as diretrizes romanas.

As condições favoráveis acima descritas foram construídas de forma acordada para beneficiar os romanos e os provinciais mais poderosos. Devido a isso devemos ressaltar que os espaços provinciais de coabitação privilegiavam a elite local e não toda a comunidade. Todavia, mesmo os membros dessa elite, ou seus descendentes, não gozavam de uma coexistência igualitária em razão de uma condição jurídica inferior. É o que se deduz da motivação das embaixadas de 199 a.C. e 171 a.C. De qualquer forma, o desenvolvimento da província ocorreu sobre essas bases, que deram respaldo para que seus beneficiários buscassem o ajustamento de suas posições na ordem social romana. E isso se concretizava por meio do acesso aos direitos de cidadania que, concedidos, não indicavam simplesmente generosidade paternalista de Roma. Isso porque que aqueles que os demandavam haviam adquirido condições econômicas, culturais e políticas de pleiteá-las, o que demonstrava também a força e a pujança da província. E essas energias precisavam ser canalizadas para manutenção das condições estabelecidas, pois se Roma fosse demasiadamente avara o equilíbrio sustentado poderia ficar em risco. Enfim, havia mais vantagens na concessão dos direitos, pois os provinciais que os buscavam já viviam segundo as diretrizes e instituições que mais interessavam aos romanos. Ademais, também interessava aos provinciais a manutenção da estabilidade, que manteria suas

possibilidades de contínua ascensão.

Resultados

Embora o desenvolvimento da província tenha sido notável durante o período republicano, foi somente na época do Principado que a Hispânia alcançou maior projeção no contexto do Império. Como já apontamos acima, a partir de César houve uma intensificação da concessão de direitos, e isso aumentou a abertura para a participação mais destacada dos provinciais no contexto mais amplo do Império. Entretanto, Lucio Cornélio Balbo já nas primeiras décadas do século I a.C. se destacava. Oriundo de uma família estabelecida na Turdetania e enriquecida pelo comércio Balbo recebeu a cidadania romana de Pompeu em 72. a.C. e passou a ter influência dentro da esfera de poder no período. Recebeu apoio de Cícero e esteve entre os partidários de César e alcançou o consulado com o beneplácito de Augusto, posição nunca antes exercida por um não itálico (BOWDER, p. 46). Assim como seu tio, o sobrinho homônimo, da mesma forma, participou dos altos círculos de Roma também na época de Augusto e recebeu igualmente uma distinção inédita para um provincial: as honras triunfais por sua vitória na África (BLÁZQUEZ, 1974, p. 22).

Essa projeção dos provinciais hispânicos no contexto romano exigia uma participação importante no âmbito religioso. Durante o período do Principado o culto imperial adquiriu relevância no campo político e, portanto, aqueles que tinham ambições deveriam desempenhar sacerdócios entre o exercício das magistraturas de seu *cursus honorum*. Demonstrava-se assim um comprometimento com a estrutura administrativa do Estado e também devoção e fidelidade ao imperador reinante. A importância do exercício de cargos administrativos para a ascensão individual respondia ao esvaziamento do Senado de Roma como órgão político

(MENDES, 2006, p. 30). Assim, o vácuo foi ocupado por senadores que não estavam tradicionalmente ligados a elite de romana, ou seja, por itálicos e provinciais.

Com o desenvolvimento econômico social da província e com o aumento da participação política impulsionada pelo acesso à cidadania e aos cargos a serviço dos césares e do Estado, a Hispânia, a partir da segunda metade do século I d.C. passa a ter um importante papel nos jogos de poder do Império. Essa postura pode ser vista já anteriormente na não aceitação de eventuais abusos de proconsules que governavam a província, como ocorreu nas primeiras décadas do mesmo século com a sublevação da Bética contra Víbio Sereno, que foi afastado pelo Senado. Contudo, é nos desdobramentos da Crise de 69 d.C. que a província, mais do que assumir um papel ativo com poder para intervir em assuntos internos, demonstra sua força no contexto mais amplo das disputas imperiais. Assim, naquele ano a Hispânia apoiou Vespasiano, tendo a região da Bética, inclusive, lutado contra forças favoráveis à Otão (BLÁZQUEZ, 1974, p. 23). Ao consolidar seu poder Vespasiano retribuiu o apoio recebido garantido melhores condições políticas e econômicas aos senadores hispânicos, especialmente os da Bética (CANTO, 2003a, p. 69) e, em 74 d.C., concedeu o direito latino a toda a província (FERNÁNDEZ, 2003, p. 12).

Assim como na época mais próxima do período de conquista, as ações políticas de fins da República e do Principado em relação à província não podem ser explicadas somente como expressão do interesse e vontade de Roma ou de seus dirigentes. Em relação aos dados aqui apresentados devemos compreender que as atitudes de Roma em relação à província e seus habitantes visavam, de certa maneira, cooptar forças já consolidadas ou tendências e hábitos locais relativamente independentes do

poder central do Império. Nesse sentido, a projeção e o apoio que os Balbos receberam no contexto da crise da República não devem ser entendidos como generosidades dos triúnviros e de seus adeptos, mas sim como um sinal do deslocamento do poder no contexto imperial. Daquele período em diante a manutenção da autoridade passou a exigir respaldo mais amplo, e com o sistema do Principado o quadro tornou-se mais evidente, e as ações dos imperadores favoráveis às províncias não eram atos de benevolência, mas sim busca de suporte contra as posturas mais tradicionalistas dos senadores de Roma que viam no novo sistema político a degradação das instituições republicanas. Portanto, são exemplares as atitudes dos senadores da Hispânia em apoio a Vespasiano, bem como as retribuições feitas a eles pela dinastia Flávia, e a leitura da já citada constatação de Tácito deve incluir esse aspecto da nova recomposição de forças no contexto imperial. Até mesmo a exigência de exercícios de sacerdócios ligados ao culto imperial durante o *cursus honorum* não indica uma simples imposição aos provinciais que desejavam ascender dentro do sistema social e político do Principado, pois a veneração aos césores alinhava-se com a tradição hispânica dos antigos cultos aos chefes tribais (TOVAR e BLÁZQUEZ, 1975, p. 181). Dessa forma, sob o Império essa tradição autóctone passou a se identificar com os ritos de uma única religião em louvor aos imperadores.

Entre os senadores hispânicos que reuniam as condições para uma atuação destacada em 69 d.C. estava Marco Ulpio Trajano, pai do futuro imperador. Segundo Fernández (2003, p. 25-26), ele foi o primeiro a obter o status consular em sua família. Iniciou sua carreira política na época de Nero, ou seja, estava entre aqueles provinciais que souberam se favorecer das condições trazidas pelo sistema do Principado. O mesmo autor acrescenta ainda que ele alcançou a pretura em torno de 67 d.C.;

participou da Guerra Judaica ao lado de Vespasiano com legado da legião X *Fretensis*; foi governador da Bética em algum momento entre 68 e 70 d. C. quando deu apoio a chegada da dinastia dos Flávios ao poder. Seu consulado foi exercido entre 73 e 74 d.C.; após foi nomeado governador da Síria onde recebeu como distinção os ornamentos triunfais em razão de sua vitória sobre Vologeses, rei da Pártia, e em 79 e 80 d.C. exerceu um novo cargo de governador, dessa vez da Ásia.

A carreira do futuro imperador Trajano insere-se também no contexto da expansão da participação política dos provinciais, que se intensificara durante o Principado. Por volta de seus vinte anos Trajano serviu como tribuno militar no exército comandado por seu pai na Síria; exerceu a questura em 78 d.C., ainda sob Vespasiano; a pretura por volta de 83 ou 85 d.C. já sob Domiciano; comandou durante três anos a legião VII na Hispânia, a qual tinha um destacamento em Itálica; no ano de 87 d.C. e a legião VII *Gemina*, acampada em Lion, a frente da qual marchou até a Germânia para sufocar a revolta de Antonio Saturnino em 89 d.C. em *Moguntiacum*; em 91 d.C. foi nomeado cônsul ordinário, título reservado aos mais influentes (CANTO, 2003a). Essa trajetória, aliada ao apoio e à força dos demais senadores hispânicos colocou Trajano em uma posição privilegiada no contexto da sucessão de Domiciano por Nerva.

Após uma conspiração que assassinou Domiciano, considerado um tirano pelo *ordo senatorius*, a cúria indicou para assumir a púrpura imperial Nerva, um senador já idoso e sem herdeiros. Tanto suas condições pessoais quando a conjuntura daquele momento tornava precário o exercício e a manutenção do poder recém adquirido. Nesse contexto aqueles senadores hispânicos, muitos da região da Bética assim como Trajano, juntaram forças, no que Canto (2003b) chamou de *factio hispana*, para acessarem o

poder por meio de um de seus membros. A escolha de Nerva pressupunha certa continuidade com a dinastia anterior, já que ele exercera o consulado com Vespasiano e depois com Domiciano, todavia, em 96 d.C. ele se encontrava em uma posição delicada. A cúria dividia-se entre senadores partidários de Domiciano, temerosos de vinganças, e senadores que tiveram familiares executados a mando do imperador assassinado. Buscando a conciliação Nerva manteve decisões de Domiciano e permitiu o regresso de senadores por ele desterrado (FERNÁNDEZ, 2003, p. 9-10). Além dos percalços no âmbito político Nerva também enfrentou descontentamento militar, pois em 97 d.C. um partidário de Domiciano chamado Casperio Aeliano, então prefeito da Guarda Pretoriana, liderou uma rebelião para punir os assassinos do último imperador Flávio. Apesar da posição contrária de Nerva, os conspiradores foram mortos pelos pretorianos. O ocorrido expôs a flagrante ausência de autoridade de Nerva, que se viu obrigado a assegurar sua posição indicando um sucessor com prestígio militar, capaz de pacificar os pretorianos em Roma e prevenir possíveis levantes das legiões nas províncias (CIZEK, 1983, p. 110-112).

A opção escolhida foi a adoção de Trajano, anteriormente nomeado por Nerva governador da Germânia, província na qual estava à frente de legiões importantes, as quais eram as mais próximas de Roma (CANTO, 2003a, p. 65). Além da adoção, Nerva associou Trajano ao poder como co-imperador. Trajano acumulava sobre si elementos que naquela conjuntura eram necessários para a estabilidade do império: militar experiente, ele comandava um exército forte e devotado que dissuadiria pretensões de outros generais; tendo, assim como seu pai, construído sua carreira sob os Flávios não era visto como uma ameaça pelos partidários remanescente daquela dinastia, e, por não

ter apoiado os abusos de Domiciano, pode ser aceito por seus opositores (FERNÁNDEZ, 2003, p. 10); ademais, a origem hispânica de Trajano favoreceu sua escolha, pois a província, como vimos, estava fortalecida o bastante para pleitear para um de seus membros o poder imperial.

Outras particularidades da chegada de Trajano ao poder reforçam a importância que a província havia alcançado. Segundo Canto (2003b), a rigor, a ligação de Nerva com Trajano não se fez por uma adoção, mas sim por uma *adrogatio*, pois Trajano, adulto emancipado, não estava submetido à *patria potestas*. Ademais, estando o futuro imperador fora de Roma, ou seja, ausente durante o ato corrobora com a ideia de um acordo improvisado. Nesse sentido, para a autora a escolha de Trajano configurou-se como uma abdicação forçada para Nerva.

Na operação foi essencial a participação do eminente senador hispânico Lúcio Licínio Sura, à frente da *factio hispana*. Ou seja, para a ascensão de Trajano foi essencial o apoio daquele grupo de destacados senadores hispânicos, cujos ancestrais os romanos haviam escolhido para coabitarem consigo na província a partir de fins do século III a.C. Grupo que, devido às condições aqui apontadas, foi capaz de atingir a posição econômica e política necessária para substituir as antigas famílias itálicas no poder (CANTO, 2003a). Por sua vez, Fernández (2003, p. 11) destaca que, embora fosse um provincial e os senadores de Roma fossem conservadores e apegados às tradições, Trajano foi aceito devido ao peso político, econômico e social dos béticos. Isso foi suficiente para influenciar a decisão de Nerva em prol de um sucessor que, outrossim, possuía trajetória política e personalidade conhecida e aprovada.

Vemos, portanto, que, no início, os provinciais cooperavam no âmbito dos

conflitos locais e passaram a coabitar nas cidades fundadas pelos romanos em seus territórios. Com o desenvolvimento da província os mais destacados compuseram os círculos de colaboradores daqueles que acumulavam forças e aspiravam ao poder pessoal na época da República tardia. Durante o Principado a tendência do período republicano se aperfeiçoou na nova dinâmica onde os césores concentravam o poder; então os provinciais alcançaram importante posição como apoiadores em disputas pelo controle imperial e até mesmo o poder de impor seu próprio imperador. Puderam atingir essa posição porque souberam ocupar os espaços que o desenvolvimento econômico e as transformações políticas ofereciam, aderindo às instituições romanas, mas mantendo suas ambições. Assim, o momento em que Nerva necessitava de um co-imperador e as articulações da *factio hispana* levaram-no à escolha de Trajano foi, na verdade, consequência de um processo que começara séculos antes.

Considerações finais

Dessa forma, ascensão de Trajano ao poder imperial foi uma consequência de um longo processo de integração entre Roma e a Hispânia. Nele os provinciais souberam tirar proveito das concessões e alianças estabelecidas com os romanos. Fizeram isso, inclusive, exigindo benefícios e direitos a cada etapa em que os ganhos econômicos e sociais lhes deram projeção. Isso permitiu que fossem percebidos como elementos importantes nas disputas políticas, que estavam cada vez menos circunscritas à oligarquia de Roma.

Desde os primeiros desdobramentos do processo de conquista havia a necessidade de Roma criar acordos, pois seu poder não era absoluto. Ele só pode manter-se por meio da adesão consciente dos provinciais, que aceitaram as instituições dos conquistadores buscando sempre a

ascensão dentro da ordem social romana. Devemos ressaltar ainda que esse entendimento nunca foi uma aceitação total de todos os aspectos da organização romana por parte dos provinciais; a integração se deu por meio de trocas e compartilhamentos de valores, em cujos aspectos mais externos e perenes prevaleciam os modelos romanos. Outra questão relevante reside no fato de que a integração não favoreceu todos os provinciais, já que os romanos permitiram coabitar consigo apenas os membros mais destacados das elites locais. Estes puderam, paulatinamente, galgar espaços dentro do mundo romano até serem capazes de atuar de forma decisiva no âmbito dos círculos imperiais.

Enfim, ao nos debruçarmos sobre as questões aqui apontadas, relativas à integração e ao desenvolvimento da província da Hispânia, podemos compreender que o mundo romano acumulava complexidades que buscamos destacar e que podem, sendo observadas as devidas particularidades, ser pensadas para outras regiões do Império. A abordagem aqui adotada ajudou a demonstrar que ser romano não se resumia a pertencer a uma cidade, centro de um poderoso império; e, embora Tácito tenha assinalado que se poderiam fazer imperadores fora de Roma, havia também etapas preliminares, pelas quais era possível tornar-se romano, sendo antes provincial. As condições para esse devir foram construídas ao longo do tempo, por meio de consensos que eventualmente visavam soluções de curto ou médio prazo, mas que acabaram por favorecer durante séculos a expansão e manutenção do Império Romano.

Referências

BLÁZQUEZ, J. M. **Trajano**. Barcelona: Ariel, 2003.

_____. **La romanización**. Madrid: Ediciones Istmo, 1974.

BOWDER, D. **Quem foi quem na Roma Antiga**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

CANTO, A. M. **Las raíces béticas de Trajano**. Sevilla: RD Editores, 2003a.

_____. La dinastía Ulpio-Aelia (98-192 d. C.): Ni tan “Buenos”, ni tan “Adoptivos”, ni tan “Antoninos”. **Gerión**. v. 21, n. 1, p. 305-347, 2003b.

CIZEK, E. **L'époque de Trajan: circonstances politiques et problèmes idéologiques**. Paris: Les Belles Lettres, 1983.

FERNÁNDEZ, J. G. Trajano: datos biográficos In: FERNÁNDEZ, J. G. (org.) **Trajano, óptimo príncipe, de Itálica a la corte de los césares**.

Sevilla: Fundación el Monte, 2003.

MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. (orgs.) **Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006, p. 21-51.

TÁCITO. **As Histórias**. Rio de Janeiro: Athena, 1937.

TOVAR, A; BLÁZQUEZ, J. M. **Historia de la Hispania romana**. Madrid: Alianza Editorial, 1975.